

Constituinte

Relatórios propõem mais poder ao Congresso

por Francieca Stelle Fogé de Brasília

Prontos, os anteprojetos que na terça-feira começam a ser vetados pelas 24 subcomissões da Constituinte servirão como o primeiro referencial do que será a nova Constituição.

torizar empréstimos dos estados e municípios. Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias Individuais. Relator: Lysaneas Maciel (PDT-RJ).

Faculdade de municípios cobrarem taxas para a abertura de estradas e caminhos vicinais. Competência aos municípios para instituir contribuições de melhoria e contribuição de custeio de obras ou serviços resultantes do uso do solo urbano e para eliminação ou controle de atividade poluente.

Subcomissão do Poder Judiciário — Relator: Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Criação do tribunal constitucional, com poderes para garantir o cumprimento da Constituição.

Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas. Relator: Fernandes Bezerri Coelho (PMDB-PE). Tributação do patrimônio acumulado, através da criação de imposto sobre "causa mortis" e de doações.

Ordem Econômica Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. Relator: Virgildásio de Senna (PMDB-BA).

Direito à sindicalização e à greve para todas as categorias profissionais. Redução da jornada de trabalho para quarenta horas.

com a educação pública deve efetivar-se, provavelmente, pelas seguintes ações: garantia de ensino fundamental para todos; oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças de até seis anos de idade;

Além do Senado, a Câmara também precisa au-

torizar empréstimos dos estados e municípios.

Faculdade de municípios cobrarem taxas para a abertura de estradas e caminhos vicinais.

Subcomissão do Poder Judiciário — Relator: Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas. Relator: Fernandes Bezerri Coelho (PMDB-PE).

Ordem Econômica Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Direito à sindicalização e à greve para todas as categorias profissionais.

com a educação pública deve efetivar-se, provavelmente, pelas seguintes ações: